



IBAMA

Simulado Nacional

IBAMA

Analista Ambiental

**Tema 2: Recuperação Ambiental
Pós-Edital**



Simulado Especial

Simulado IBAMA – Recuperação Ambiental – Tema 2

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do IBAMA;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-IBAMA-Tema2-22-01>

01 - CE	21 - CE	41 - CE	61 - CE	81 - CE	101 - CE
02 - CE	22 - CE	42 - CE	62 - CE	82 - CE	102 - CE
03 - CE	23 - CE	43 - CE	63 - CE	83 - CE	103 - CE
04 - CE	24 - CE	44 - CE	64 - CE	84 - CE	104 - CE
05 - CE	25 - CE	45 - CE	65 - CE	85 - CE	105 - CE
06 - CE	26 - CE	46 - CE	66 - CE	86 - CE	106 - CE
07 - CE	27 - CE	47 - CE	67 - CE	87 - CE	107 - CE
08 - CE	28 - CE	48 - CE	68 - CE	88 - CE	108 - CE
09 - CE	29 - CE	49 - CE	69 - CE	89 - CE	109 - CE
10 - CE	30 - CE	50 - CE	70 - CE	90 - CE	110 - CE
11 - CE	31 - CE	51 - CE	71 - CE	91 - CE	111 - CE
12 - CE	32 - CE	52 - CE	72 - CE	92 - CE	112 - CE
13 - CE	33 - CE	53 - CE	73 - CE	93 - CE	113 - CE
14 - CE	34 - CE	54 - CE	74 - CE	94 - CE	114 - CE
15 - CE	35 - CE	55 - CE	75 - CE	95 - CE	115 - CE
16 - CE	36 - CE	56 - CE	76 - CE	96 - CE	116 - CE
17 - CE	37 - CE	57 - CE	77 - CE	97 - CE	117 - CE
18 - CE	38 - CE	58 - CE	78 - CE	98 - CE	118 - CE
19 - CE	39 - CE	59 - CE	79 - CE	99 - CE	119 - CE
20 - CE	40 - CE	60 - CE	80 - CE	100 - CE	120 - CE

PORTUGUÊS

Fabrício Dutra

Assédio moral por competência e o teletrabalho na pandemia

Muito apressadamente, em poucos meses, ocorreram inúmeras alterações no mundo do trabalho durante a pandemia (coronavírus | Covid-19) e permanecerão após ela. A pandemia declarada pela OMS – Organização Mundial da Saúde foi internalizada pelo Brasil por adesão ao Regulamento Sanitário Internacional OMS/Brasil, por meio do decreto 10.212, de 30/1/2020, tendo sido declarada a situação como de calamidade pública até 31/12/2020, pelo decreto legislativo 6, de 20/3/2020.

A partir desse quadro, foram editados diversos atos normativos com a finalidade de abrandar os impactos graves da pandemia e frear a transmissão do vírus, principalmente com restrições à circulação de pessoas, o que acarretou na impossibilidade de estarem os trabalhadores em seus locais de trabalho, ainda que muitas atividades pudessem e devessem seguir sendo realizadas. Foram, então, publicados novos atos normativos, de apoio às empresas, visando, sobretudo, a manutenção de emprego e renda.

De forma repentina, milhares de trabalhadores começaram a atuar, tanto quanto possível, em suas respectivas casas, pois, entre as primeiras medidas anunciadas como atenuantes do impacto da pandemia, incluía-se na MP 927, de 22/3/2020, a adoção do regime de teletrabalho (art. 3º, I). Açodadamente, **implementou-se o home office nacional** (art. 62, III, da CLT). E, conquanto a CLT, com a alteração promovida pela lei 13.467/17, contenha um regramento sobre o teletrabalho (art. 75-A a 75-E), a MP 927 trouxe nova disciplina à matéria (art. 4º e 5º).

Trabalhar de dentro do lar é, além de conduta muito íntima e ímpar de cada empregado, reveladora da adaptabilidade de cada um nestes tempos de isolamento físico. Ao passo, por exemplo, que há quem facilmente adapte-se à nova rotina, há quem não consiga produzir com qualidade.

Desponta, em tal cenário, a chamada "síndrome do caxias", ou seja, o *bullying* sofrido pelo empregado inteligente, organizado e capacitado. "*O melhor burro é o que carrega mais peso*"; "*o prego que se destaca ganha martelada*". Pensamentos assim são caracterizadores de uma espécie de **assédio moral**, qual seja, **por competência ou por produtividade**.

Esta modalidade de assédio moral caracteriza-se pela exigência de maior produtividade e/ou de atribuição de tarefas mais complexas aos trabalhadores mais competentes, habilidosos e inteligentes.

O assédio moral por competência se apresenta, em muitos casos, como um falso "reconhecimento" por parte do empregador (ou chefia). Resulta em desequilíbrio entre o volume de trabalho maior exigido de determinado trabalhador (em face da sua competência, responsabilidade, dedicação, comprometimento, etc.), e o volume de trabalho menor requerido de outros trabalhadores que se encontram em idêntica situação funcional e salarial.

É modalidade de assédio personalíssima, pois tem em pessoa determinada a sua vítima – diversamente do assédio moral ambiental ou organizacional (direcionado a pessoas indeterminadas).

Certo que o assédio por competência é tendente a gerar degradação da saúde física e mental do trabalhador (em face da pressão velada experimentada pelo assediado) e, a nosso ver, passível de indenização compensatória (art. 186 e 927 do CCB; art. 5º, V e X, da CRFB; Convenção 190 da OIT; Anexo II da NR-17 da Portaria 3.214/87 do extinto MTE).

01. Na linha 1, o verbo 'ocorreram' poderia ser substituído por 'houveram', mantendo-se a correção gramatical da frase.
02. A inserção do sinal indicativo de crase em 'a manutenção' (último período do segundo parágrafo) ocasionaria erro gramatical no texto.
03. Infere-se das informações do quinto parágrafo do texto que o segmento "Desponta" (quinto parágrafo) refere-se a "nova rotina".
04. A substituição da forma verbal "foram editados" (segundo parágrafo) por "editaram-se" não modificaria os sentidos originais do texto.
05. O segmento "Ao passo, por exemplo, que há quem facilmente adapte-se à nova rotina" (quarto parágrafo) expressa condição no parágrafo em que aparece.

06. O sentido do texto seria mantido se o vocábulo 'repentina' (terceiro parágrafo) fosse substituído por 'fortuita'.

07. No segundo parágrafo, no trecho 'Foram, então, publicados novos atos normativos', o termo 'novos atos normativos' funciona como sujeito.

08. A oração 'Pensamentos assim são caracterizadores de uma espécie de assédio moral' se encontra na voz passiva.

Texto 2

As profundas mudanças estruturais que ocorreram na Amazônia a partir da segunda metade do século XX e que se justificavam por um projeto geopolítico de integração nacional produziram diversas transformações sociais e ambientais na região, especificamente no estado do Amazonas.

09. O sujeito do verbo 'ocorreram' (primeiro período) é 'As profundas mudanças estruturais'.

10. Poderia ser empregada uma vírgula após a palavra 'nacional', com manutenção da correção gramatical.

11. Nas duas ocorrências, o termo 'que' possui o mesmo referente.

12. Os termos 'geopolíticos' e 'século' são acentuados em virtude de diferentes regras gramaticais.

13. Infere-se do texto que as mudanças ocorridas na Amazonia produzem efeitos negativos para a região.

Texto 3

Governo já pagou R\$70 bilhões em salários em 2019

Segundo o Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União, cerca de 1,1 milhão servidores da ativa são remunerados pelo governo federal atualmente. Isso quer dizer que a folha de pessoal do governo já custou R\$ 70,6 bilhões ao contribuinte apenas nos seis primeiros meses do ano. O órgão que mais gastou é o Ministério da Educação; mais de R\$ 23 bilhões pagos a quase 380 mil funcionários. O Ministério da Economia é o segundo, com mais de R\$ 15 bilhões em salários.

14. A locução verbal 'são remunerados', primeiro período, poderia ser corretamente substituída por 'é remunerado'.

15. Poderia ser inserida uma vírgula após o termo 'contribuinte', no segundo período do texto.

NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ranielison Passos

Com relação a segurança da informação e ataques aos ambientes computacionais, julgue os próximos itens.

16. Backdoor é um tipo de programa de ataque a computadores que se propaga automaticamente pelas redes, enviando cópias de si mesmo entre as máquinas a fim de afetar o desempenho das máquinas contaminadas.

Julgue os próximos itens, relativo aos sistemas operacionais Linux e Windows e aos editores Microsoft Office e LibreOffice.

17. Atualmente, o sistema de arquivos FAT 32, File Allocation Table, é utilizado mais para formatação de mídias que armazenam arquivos, como Pendrive e HD Externo, do que para suporte a formatação e gerenciamento de sistemas operacionais Windows.

18. Considerando o aplicativo Powerpoint, durante um processo de criação de apresentação, a função do Slide Mestre é definir um padrão, onde todos os slides possuem as mesmas fontes e imagens especificados.

19. Durante a edição de um texto pelo escritor Microsoft Word, versão padrão em português do Brasil, ao clicar com o mouse em uma palavra específica de um parágrafo o usuário pretende realizar a operação de justificar parágrafo. Para isso ele poderá utilizar o comando de atalho CTRL+J.

Observando os modelos de computação em nuvem, sistemas de protocolos e redes de computadores, julgue as próximas afirmações.

20. Dentre os vários tipos de aquisição e contratação de sistemas em nuvem o formato Instâncias Reservadas se destaca como o mais comum. Nesse cenário, o usuário contrata um serviço a preço fixo mensal, pois é o tipo mais vantajoso e rentável existente para pequenas, médias e grandes empresas além de usuários comuns.

21. Uma conexão de rede por VPN estabelece, de forma segura, transferências e compartilhamentos de dados sigilosos através de um canal de comunicação inseguro, a Internet.

Em relação aos aplicativos em redes de computadores, julgue os próximos itens.

22. A partir da barra de endereços do aplicativo Google Chrome é possível buscar informações pelo motor de buscas Google.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

23. A respeito do tratamento constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos, julgue o item que se segue. A hierarquia constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos depende de sua aprovação por três quintos dos membros de cada casa do Congresso Nacional e em dois turnos.

24. O item a seguir, é apresentado uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Um agente penitenciário submeteu a intenso sofrimento físico um preso que estava sob sua autoridade, com o objetivo de castigá-lo por ter incitado os outros detentos a se mobilizarem para reclamar da qualidade da comida servida na penitenciária. Nessa situação, o referido agente cometeu crime inafiançável.

25. Acerca da organização político-administrativa e da administração pública, julgue o próximo item. São considerados bens da União os lagos, os rios e quaisquer correntes de água em terrenos que sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham.

26. No que concerne ao direito constitucional e à Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Câmara dos Deputados é constituída pelos representantes dos estados da Federação, eleitos pelo sistema proporcional, e o Senado Federal é composto pelos representantes do povo, eleitos segundo o princípio majoritário.

27. A floresta amazônica, a mata atlântica e o pantanal matogrossense são bens da União, devendo sua utilização ocorrer na forma da lei, em condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive no que concerne ao uso dos recursos naturais.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Em relação às disposições sobre licitações e contratos previstas na Lei nº 14.133/2021, julgue o item a seguir.

28. O diálogo competitivo é modalidade de licitação obrigatória para contratação de obras, serviços e compras com valor superior a R\$ 3,3 milhões, através da realização de diálogos com licitantes previamente selecionados para o desenvolvimento de uma ou mais alternativas capazes de atender às necessidades da administração.

José é autoridade administrativa com competência para decidir processos administrativos, solicitações e reclamações. Nesse sentido, recebeu para análise um processo administrativo que necessitou da participação de três setores do órgão em que trabalha e que já tinha completado a etapa de instrução.

Com base na Lei do Processo Administrativo – Lei nº 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

29. Após a conclusão da instrução, João terá até trinta dias para decidir o processo, exceto se motivadamente necessitar da prorrogação do prazo.

30. A situação narrada autoriza que as autoridades decidam o processo por meio da decisão coordenada, desde que seja justificável pela relevância da matéria e que haja discordância que prejudique a celeridade da decisão.

Acerca da responsabilidade civil estatal, julgue o item a seguir.

31. João, servidor público do IBAMA, estava a caminho de uma fiscalização, conduzindo veículo pertencente à entidade, quando avançou um sinal vermelho e acabou colidindo com um veículo particular, causando danos materiais. Nessa situação, o IBAMA responde direta e objetivamente pelos danos causados, assim como João, que também responde objetivamente, porém em ação de regresso.

LEGISLAÇÃO DO SETOR DE MEIO AMBIENTE

Roserval Junior

32. Como órgão executor do SISNAMA, o IBAMA tem a competência de elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais.

33. O IBAMA é autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, subordinada ao Ministério do Meio Ambiente.

No diz respeito à proteção das florestas e às unidades de conservação, julgue os itens seguintes:

34. A inscrição do imóvel rural no CAR deverá ser feita, obrigatoriamente, no IBAMA.

35. As áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, desde que tenham cobertura florestal nativa, serão consideradas áreas de preservação permanente.

36. A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

NOÇÕES DE DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

37. A competência ambiental para fiscalizar uma atividade ou empreendimento é concorrente entre União, Estados e DF.

38. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

39. É faculdade do poder público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

40. Segundo entendimento dos Tribunais Superiores, o dano ambiental prescreve no prazo de 5 anos, contados da ciência inequívoca do ato danoso.

41. A responsabilidade civil pelo dano ambiental é objetiva, solidária e calcada na teoria do risco integral.

42. O princípio ambiental da prevenção se aplica quando os riscos ambientais de um empreendimento ou atividade são certos, conhecido.

NOÇÕES DE REGULAÇÃO

André Rocha

43. A respeito dos métodos de regulação, avalie o item que segue.

A regulação pelo desempenho (yardstick competition) é utilizada para examinar os efeitos, positivos ou negativos, de regulação nova ou já existente.

44. Acerca das Falhas de Mercado, julgue o item a seguir.

Devido à sua característica de não rivalidade, os bens públicos têm seu custo marginal crescente à medida que mais pessoas o consomem.

45. A respeito das externalidades, julgue o item a seguir.

O simples consumo ou a produção de um bem não é capaz de gerar externalidades positivas.

46. A respeito das externalidades, julgue o item a seguir.

Em um determinado mercado, as externalidades negativas decorrentes da produção de um bem implicam que esse bem será produzido em quantidade superior à socialmente ótima.

47. O ótimo de pareto representa uma situação em que é impossível realocar os recursos de forma que um agente econômico aumente seu bem estar sem melhorar a situação de outro agente econômico.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos éticos aplicáveis aos servidores do Ibama, bem como a Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens a seguir.

48. Nos termos previstos no Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do IBAMA, é dever do servidor exercer suas atribuições com rigor técnico, ainda que tal atuação possa resultar em palavras que atinjam a autoestima do outro, além do limite razoável de urbanidade e bom-senso.

49. Segundo dispõe o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, sendo que a legalidade deverá se sobrepor à finalidade para a consolidação da moralidade do ato administrativo.

50. Aplicam-se ao sistema da improbidade administrativa a que alude a Lei 8.429/1992 os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador, a exemplo da retroatividade da lei mais benéfica.

MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

André Rocha

51. Julgue o item a seguir com base no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas da União instituído pela Portaria TCU nº 214/2001.

O planejamento é o ponto inicial para realizar uma auditoria ambiental, pois consiste principalmente em ter conhecimentos necessários acerca do objeto a ser auditado e posteriormente delimitar os objetivos a serem alcançados por meio dessa auditoria.

52. Julgue o item a seguir com base no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas da União instituído pela Portaria TCU nº 214/2001.

A amostragem estatística pode ser dividida em 3 tipos: por período determinado; amostragem sistemática; e amostragem pela materialidade.

53. Julgue o item a seguir com base em conceitos relevantes em matéria ambiental.

O aquífero livre é aquele com uma camada superior confinante impermeável, que confina a água subterrânea sob uma pressão superior do que a pressão atmosférica.

54. Julgue o item a seguir com base em conceitos relevantes em matéria ambiental.

Uma bacia hidrográfica pode ser definida como a área delimitada por divisores topográficos e drenada por um curso de água e seus afluentes, que conduzem as águas superficiais para uma seção fluvial de saída, denominada exutório.

55. Com base nas convenções e tratados internacionais para proteção do meio ambiente, julgue o item a seguir.

Algumas das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio objetos de restrição por parte do Protocolo de Montreal são o brometo de metila, o metilclorofórmio e o hexafluoreto de enxofre.

56. Com base nas convenções e tratados internacionais para proteção do meio ambiente, julgue o item a seguir.

Um dos objetivos do Acordo de Paris é o de aumentar a capacidade de adaptação aos impactos negativos da mudança do clima e promover a resiliência à mudança do clima e um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa, de uma maneira que não ameace a produção de alimentos.

57. Julgue o item a seguir com base na Lei nº 12.187/2009 e no Decreto nº 9.578/2018, que tratam da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima e as ações dela decorrentes devem observar os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades diferenciadas e ponderadas, este último no âmbito internacional.

58. Julgue o item a seguir com base na Lei nº 7.802/1989 e no Decreto nº 4.074/2002, sobre agrotóxicos.

Os usuários de agrotóxicos devem efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, no prazo de até seis meses, contado da data de compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante.

59. Julgue o item a seguir com base na Lei nº 9.605/1998 e no Decreto nº 6.514/2008, sobre crimes e infrações ambientais.

No âmbito da lei de crimes e infrações ambientais, as penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando se tratar de crime culposo ou for aplicada a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos.

60. Julgue o item a seguir com base na Lei nº 9.605/1998 e no Decreto nº 6.514/2008, sobre crimes e infrações ambientais.

O auto de infração administrativa ambiental que apresentar qualquer vício deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo, após o pronunciamento do órgão da Procuradoria-Geral Federal que atua junto à respectiva unidade administrativa da entidade responsável pela atuação.

61. Julgue o item a seguir com base nas competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente.

A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

62. Acerca da valoração de danos ao meio ambiente, julgue o item a seguir.

O valor de não uso de um bem ou serviço natural é o valor de existência do bem ou serviço, isto é, da utilidade ganha na satisfação em saber que algo existe.

GESTÃO DA QUALIDADE

Stefan Fantini

Com base na Gestão da Qualidade, julgue os itens a seguir.

63. O histograma é uma ferramenta da qualidade que tem por objetivo auxiliar o gestor a identificar e visualizar a frequência de determinado evento.

64. Na matriz GUT, a gravidade tem relação com o desenvolvimento de um dado problema na ausência de ação.

65. Além de basear-se em alguns princípios de gestão da qualidade, o modelo de excelência em gestão pública adota fundamentos próprios da gestão de excelência contemporânea, como pensamento sistêmico; cultura da inovação; visão de futuro; geração de valor; foco no cidadão e na sociedade; desenvolvimento de parcerias e responsabilidade social.

66. O benchmarking consiste em processo contínuo e sistemático de pesquisa para avaliar produtos, serviços, processos de trabalho de empresas ou organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com o objetivo de aprimoramento organizacional.

67. O Modelo de Excelência em Gestão (MEG), desenvolvido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), consiste em um modelo que prescreve práticas de gestão para instituições privadas e públicas.

68. **Situação hipotética:** Ao discutir as ações de enfrentamento à pandemia de COVID-19, o Governo de determinado Estado da Federação decidiu montar “hospitais de campanha” para melhor atendimento aos acometidos pela doença. Contudo, devido à limitação de recursos financeiros, os “hospitais de campanha” serão montados apenas nas cidades com o maior número de casos da doença.

Assertiva: Uma ferramenta adequada para ser utilizada nessa situação é o Diagrama de Pareto.

SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO FEDERAL

Luciana Marinho

69. Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal compreende as atividades de registro, de tratamento e de controle das operações relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial da União, com vistas à elaboração de demonstrações contábeis.

70. Formular o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais está entre as finalidades do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.

71. É de competência das unidades responsáveis pelas atividades de planejamento estabelecer normas e procedimentos necessários à elaboração e à implementação dos orçamentos federais, harmonizando-os com o plano plurianual.

72. Integram o Sistema de Administração Financeira Federal a Secretaria do Tesouro Nacional e os órgãos setoriais, reconhecidos, nesse contexto, como unidades de programação financeira.

73. O servidor deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

CONTROLES INTERNOS

Celso Natale

- 74.** A atividade de auditoria interna governamental é uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria.
- 75.** Serviço de consultoria é a atividade de auditoria interna governamental que consiste no exame objetivo da evidência, com o propósito de fornecer ao órgão ou entidade da Administração Pública Federal uma avaliação tecnicamente autônoma e objetiva sobre o escopo da auditoria.
- 76.** No serviço de consultoria, a natureza e o escopo do trabalho são acordados previamente com o cliente, ao passo que, no serviço de avaliação, a natureza e o escopo do trabalho são determinados pelo auditor interno
- 77.** Risco é a possibilidade de ocorrer um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos da Unidade Auditada. Em geral, o risco é medido em termos de impacto e de probabilidade.
- 78.** Gerenciamento de riscos é o processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela alta administração, pelos gestores e pelo corpo de servidores e empregados dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais serão alcançados: execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações; cumprimento das obrigações de accountability; cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis; e salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e danos.

- 79.** Governança é a combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração, para informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, com o intuito de alcançar os seus objetivos.
- 80.** A governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da gestão.
- 81.** A Secretaria de Controle Interno (Ciset) do Ministério das Relações Exteriores integra o conjunto das Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG).
- 82.** A segunda de defesa contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio.
- 83.** No âmbito da terceira linha de defesa, a SFC, as Ciset e as unidades setoriais exercem a função de auditoria interna governamental de forma concorrente e integrada com as Audin, onde existirem.
- 84.** Integridade, autonomia técnica e objetividade são princípios fundamentais para prática da atividade de auditoria interna governamental.
- 85.** O Plano de Auditoria Interna das Audin, com a respectiva previsão dos recursos necessários à sua implementação, deve ser encaminhado, uma vez a cada 2 anos, para aprovação pelo conselho ou, na ausência deste, pelo dirigente máximo do respectivo órgão ou entidade.

**GEOPROCESSAMENTO E MANEJO
FLORESTAL SUSTENTÁVEL**

Monik Begname

86. A respeito das aplicações do sensoriamento remoto, julgue o próximo item.

O índice normalizado de diferenças na vegetação (NDVI) é obtido pelo processamento de bandas espectrais nas faixas do vermelho e do infravermelho.

87. VANTs se tornam cada vez mais presente na vida cotidiana da sociedade, sejam eles para uso recreativo, profissional ou até para a segurança pública. Sobre o assunto, julgue o item a seguir.

Para se obter uma fotografia aérea na escala de 1:1.000 com uma câmera com distância focal de 200 mm, a altura de voo deve ser de 200 m.

88. O sensor MODIS, se encontra nos dois satélites americanos TERRA e o AQUA, para o mapeamento e o monitoramento da cobertura vegetal e uso da terra. Esses satélites se caracterizam por possuírem resolução espacial que varia de 250 m a 1000 metros.

89. Imagens digitais de satélite são armazenadas em programas de sistema de informações geográficas em formato vetorial, que, comparativamente aos dados matriciais, proporcionam maior acurácia quanto a forma e localização.

90. A textura refere-se ao aspecto liso (e uniforme) ou rugoso dos objetos em uma imagem. Ela contém informações quanto às variações (frequência de mudanças) de tons ou níveis de cinza/cor de uma imagem. Com relação a esse assunto, julgue o item a seguir.

A textura é um elemento muito importante na identificação de cobertura vegetal, observa-se que uma área de mata, que é mais heterogênea, é representada em uma fotografia aérea, e até mesmo em imagens de satélites, por uma textura mais rugosa do que uma área de reflorestamento, que é mais homogênea ou uniforme.

91. O Brasil adota como referência o *datum* vertical SIRGAS 2000, que utiliza o Sistema de Referência Terrestre Internacional – ITRS (International Terrestrial Reference System). O ponto de referência para o *datum* horizontal é o marégrafo de Imbituba, em Santa Catarina.

92. A respeito do planejamento de exploração madeireira, julgue o item que se segue.

O corte de cipós deve ser feito seis meses antes do início da exploração, para garantir que os cipós mais resistentes apodreçam e se desprendam das árvores.

93. As atividades pós-exploratórias do manejo florestal de baixo impacto incluem o plantio de enriquecimento e os cortes de liberação para o crescimento das espécies nobres, por meio da retirada de árvores não comerciais.

94. Com relação ao manejo florestal na Amazônia, julgue o item que se segue.

O método de exploração de impacto reduzido, exemplo de prática sustentável de exploração madeireira na Amazônia, fundamenta-se no sistema silvicultural policíclico, também denominado seletivo, que leva em conta a baixa incidência de espécies comerciais entre os milhares de espécies arbóreas encontrados.

95. A intensidade de corte proposta no PMFS deverá ser definida de forma a propiciar a regulação da produção florestal e deverá levar em consideração o seguinte aspecto: a manutenção de pelo menos 3% do número de árvores por espécie, que atendam aos critérios de seleção para corte indicados no PMFS.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

A respeito da aplicação da retroatividade da lei no direito penal, julgue os itens 96 e 97 :

96. A aplicação da retroatividade da lei é concebível, desde que em benefício do réu como medida de justiça.

97. A aplicação da retroatividade ocorre mesmo em caso de aumento de pena, como forma de garantir a justiça para o réu que tiver cometido o crime após a entrada em vigor da lei mais severa.

98. Com relação ao tempo e ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou, respectivamente, as teorias da atividade e da ubiquidade.

99. Nas disposições penais da Lei Geral da Copa, foi estabelecido que os tipos penais previstos nessa legislação tivessem vigência até o dia 31 de dezembro de 2014. Considerando-se essas informações, é correto afirmar que a referida legislação é um exemplo de lei penal temporária.

100. Em relação a crime culposo, julgue os itens

O agente de conduta culposa assume o risco do resultado produzido por sua conduta.

101. A conduta negligente admite, em regra, tentativa no crime culposo.

102. No tocante à disciplina do direito penal, julgue o item a seguir.

Segundo a classificação doutrinária dominante, os ofendículos, desde que instalados com moderação, caracterizam situação de exclusão de antijuridicidade.

103. É causa de exclusão da culpabilidade a embriaguez preordenada

104. Com relação ao direito penal, julgue o item a seguir.

Suponha que uma pessoa de dezessete anos de idade, faixa preta em arte marcial, cometa um ato previsto como crime. Nessa situação, essa pessoa será considerada penalmente inimputável, conforme previsão expressa na Constituição Federal de 1988 e no Código Penal.

105. Uma testemunha devidamente notificada a comparecer em audiência judicial não atendeu à notificação nem apresentou motivo justificado. A autoridade judicial determinou, então, a condução coercitiva da testemunha, mediante apoio policial.

Considerando essa situação hipotética e os termos da legislação que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

Caracterizado o crime de abuso de autoridade, caberá ao conduzido representar criminalmente contra a autoridade que determinou a medida, cuja representação é condição de procedibilidade para eventual ação penal.

106. Julgue o item abaixo, de acordo com a lei 13869/2019 (nova lei de abuso de autoridade): Jhoni, servidor público estadual, foi condenado por abuso de autoridade, nos termos da Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), tendo sido reconhecida sua reincidência em crime da mesma espécie. Assim, tem-se como efeito automático da sentença a perda do cargo público.

107. A respeito da identificação criminal, do crime de tortura, do abuso de direito, da prevenção do uso indevido de drogas, da comercialização de armas de fogo e dos crimes hediondos, julgue o item que se segue.

Qualquer agente público, ainda que não seja servidor e não perceba remuneração, pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.

108. Julgue o item abaixo de acordo com a lei 12850/2013, Lei de Organização Criminosa:

Situação hipotética: Roberto foi acusado de participar de organização criminosa que praticava crimes contra a administração pública. No curso da ação penal, Roberto resolveu, voluntariamente, contribuir com as investigações por meio do instituto da colaboração premiada. Posteriormente, entretanto, ainda no curso da instrução penal, ele desistiu de participar do programa de colaboração premiada.

Assertiva: Nessa situação, as provas colhidas no acordo de colaboração não poderão ser utilizadas exclusivamente contra Roberto.

109. A partir das disposições do ordenamento processual penal em vigor, julgue o próximo item.

No acordo de colaboração premiada, o colaborador deve narrar todos os fatos ilícitos para os quais houver concorrido e que tenham relação direta com os fatos investigados.

110. A partir dessa situação hipotética, julgue o próximo item.

A ação controlada na investigação da organização criminosa independe de prévia autorização judicial e parecer ministerial.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

111. O depósito do montante integral configura hipótese de exclusão do crédito tributário.

112. Sobre responsabilidade tributária por infrações, julgue o item a seguir: A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

113. Os entes federativos podem figurar como sujeito passivo da obrigação tributária.

114. Para fins de ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento.

115. Todo aquele que figura em lei como obrigado ao pagamento de tributo deve ser definido como contribuinte de tributos, conforme a definição contida no Código Tributário Nacional.

116. De acordo com o Código Tributário Nacional, a competência tributária é delegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, esta sim, indelegável.

117. A certidão positiva da qual constem débitos objeto de parcelamento e moratória pode ser utilizada como prova de regularidade fiscal do contribuinte.

118. As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa não podem ser consideradas normas complementares, salvo se ato do Poder Executivo lhes atribuir eficácia normativa.

119. As circunstâncias que modificam o crédito tributário não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

120. A isenção, seja concedida por lei ou por contrato, deve sempre especificar as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-IBAMA-Tema2-22-01>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>